



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1405/1996

Que orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1997.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO, para o exercício de 1997, estima a RECEITA em R\$ 24.5000.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil reais) discriminadas pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º A RECEITA será realizada mediante a arrecadação dos TRIBUTOS RENDAS e OUTRAS RECEITAS CORRENTE E DE CAPITAL, na forma da legislação em vigor com o seguinte desdobramento:

### RECEITAS CORRENTES:

Receitas Tributárias.....	R\$ 497.000,00
Receita Patrimonial.....	R\$ 112.000,00
Receita Industrial.....	R\$ 192.500,00
Transferências Correntes.....	R\$ 20.062.000,00
Outras Receitas Correntes.....	R\$ 45.500,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 20.909.000,00</b>

### RECEITA DE CAPITAL

Operações de Crédito.....	R\$ 17.500,00
Alienação de Bens.....	R\$ 63.000,00
Transferências de Capital.....	R\$ 3.507.000,00
Outras Receitas de Capital.....	R\$ 3.500,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 3.591.000,00</b>

**TOTAL GERAL.....R\$ 24.500.000,00**

Art. 3º A DESPESA será realizada de acordo com a seguinte discriminação pelas unidades orçamentárias:

Corpo Legislativo.....	R\$ 122.200,00
Serviços de Administração.....	R\$ 108.500,00
Gabinete e Secretaria.....	R\$ 882.000,00
Serviços de Fazenda.....	R\$ 315.000,00
Serviços de Ed. e Cultura.....	R\$ 7.437.500,00
Serviços e Obras Públicas.....	R\$ 5.747.500,00
Serviços de Saúde e San. ....	R\$ 4.959.500,00
Serviços M. Est. de Rod. ....	R\$ 2.275.000,00
Encargos Gerais do Mun. ....	R\$ 2.653.000,00



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

TOTAL GERAL.....R\$ 24.500.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 70% (setenta por cento) da Receita prevista nesta lei para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, Art. 7º, Inciso I, da Lei 4320, 17/03/64, podendo para tanto:

a) anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no inciso III, do Art. 43 da Lei 4320/64, Art. 5º, § único, da Lei Municipal nº 1389, de 06/06/96, LDO;

b) utilizar o excesso de arrecadação apurado na forma do Parágrafo 3º, Art. 43, de Lei 4320/ 64.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito até o limite das DESPESAS DE CAPITAL, conforme Art. 167, Inciso III, da Constituição Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 1 de janeiro de 1997.

Art. 7º Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 27 de dezembro de 1996.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca  
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes  
Secretário Municipal de Administração